

Objetivo: cumprir o atual mandato melhor que o anterior



“ PROF.ª DOUTORA ANA PAULA MARTINS

Estava longe de ambicionar ser bastonária até ser desafiada por um grupo de colegas, com o argumento que daria uma boa candidata. Demorou 24 horas a pensar no desafio, sobretudo se estaria preparada para o cargo. "Era uma oportunidade para devolver à profissão aquilo que a profissão já me tinha dado", referiu em entrevista à revista Farmacêutico News a bastonária da ordem dos farmacêuticos (OF), Prof.ª Doutora Ana Paula Martins. Pretende continuar a acumular experiências nos próximos três anos e "cumprir este novo mandato melhor do que o anterior".

Farmacêutico News (FN) | Durante o seu mandato foi dado mais um passo importante com a aprovação da carreira farmacêutica, que será regulada através da residência farmacêutica. Qual o significado desta conquista, que representa o reconhecimento da ligação dos farmacêuticos hospitalares ao Serviço Nacional de Saúde (SNS)?

Prof.^a Doutora Ana Paula Martins (APM) | Consideramos um passo muito importante para todos os farmacêuticos e não apenas para aqueles que exercem a atividade nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde. Por exemplo, para os farmacêuticos que desenvolvem atividade nos hospitais privados, pode funcionar como um estímulo para que a carreira seja também implementada nestas unidades. A carreira foi sempre encarada, especificamente pelos médicos, como uma forma de garantir o desenvolvimento da profissão. Nós, farmacêuticos, partilhamos a mesma visão e entendemos que seria um meio para a evolução, pelo reconhecimento da singularidade deste corpo especial de profissionais, através da carreira farmacêutica, que permite aos farmacêuticos desenvolverem as competências necessárias para ter uma especialidade em Farmácia Hospitalar e em Análises Clínicas no SNS. Foi um passo dado em conjunto. Recordo a liderança das negociações pelo Sindicato Nacional dos Farmacêuticos com o Governo e com a Administração Central. O presidente do Sindicato e a sua direção fizeram um trabalho notável, porque conseguiram ao fim destes anos todos, sem desistir, encontrar o caminho certo e o contexto político adequado para que a carreira fosse uma realidade. Por outro lado, a OF, a Associação Portuguesa de Farmacêuticos Hospitalares e algumas individualidades juntaram-se a este movimento quando o Sindicato entendeu que devia adotar outras formas de luta. O atual Governo prometeu e cumpriu, foi uma decisão de natureza política. Durante 20 anos, os diferentes governos, de partidos distintos, analisaram este assunto, fazendo estudos, organizando comissões, grupos de trabalho e o diploma chegou a estar em audição pública, mas não foi aprovado. A luta terminou com este Governo a reconhecer a necessidade do SNS ter farmacêuticos nas farmácias hospitalares e na área das análises clínicas por serem profissionais determinantes para o exercício de um SNS sustentável e que garanta bons resultados em saúde, nomeadamente nos domínios do medicamento, dispositivos médicos e da medicina laboratorial.

FN | O que falta para avançar em pleno na prática?

APM | Estamos convictos que o Decreto de Lei para instituir a residência farmacêutica seja publicado até ao final da legislatura (outubro 2019). Antes terá de ser aprovado em Conselho de Ministros e antes terá de estar em audição pública.

FN | Na sua perspetiva, terá condições para se concretizar à luz da convicção da OF?

APM | A abertura de vagas para a residência farmacêutica tem condições para ser feita no primeiro trimestre do próximo ano civil, ficando já consagrada na proposta de Orçamento de Estado para o próximo ano. A OF já está a identificar os locais e unidades de saúde que terão idoneidade formativa para acolher os farmacêuticos que entram na nova carreira farmacêutica.

FN | Ficou algum objetivo por cumprir durante o seu mandato?

APM | Ficaram vários. Na Farmácia Comunitária começámos a desenvolver um trabalho importante relacionado com a expansão dos serviços, em ligação estreita com associações. As farmácias passaram a oferecer alguns serviços de conveniência para o cidadão, como os testes rápidos de VIH/VHC, a dispensa de medicamentos de uso exclusivo hospitalar ou a disponibilizar serviços de nutrição e enfermagem. Uma meta importante que ficou por alcançar diz respeito ao novo modelo de remuneração das farmácias, já em prática noutros países. Um modelo que valorize os milhares de atos farmacêuticos praticados todos os dias nas nossas farmácias.

FN | Relativamente ao projeto piloto da dispensa de antirretrovíricos nas farmácias comunitárias, que balanço pode ser feito?

APM | Trata-se de um projeto que já teve vários momentos e agora o INFARMED está a avaliar, pelo que ainda não temos resultados objetivos. No entanto, a experiência dos farmacêuticos indica a satisfação da maioria dos utentes que optaram por receber a medicação na farmácia da área de residência.

FN | No que respeita aos recursos humanos, parece ser transversal a escassez na área farmacêutica.

APM | Poderá haver dificuldade por parte das farmácias em recrutar farmacêuticos, em determinados contextos. Por outro lado, há empregos mais precários ao nível da remuneração. Já nos hospitais, há uma grande falta de recursos humanos e as contratações são importantes para segurança em toda a prestação dos cuidados de saúde. De qualquer forma, não emitimos pareceres sobre contratações e matérias laborais.

FN | Qual o contributo da OF para capacitar os farmacêuticos de ferramentas em prol da atualização de conhecimentos?

APM | A Ordem dos Farmacêuticos não é uma entidade formativa, mas promove a formação contínua entre os seus membros e organiza, ela própria, através das Secções Regionais, algumas ações de formação em vários domínios da atividade farmacêutica. Por outro lado, reconhece a formação académica ministrada pelas instituições de ensino superior, atribui seis especialidades farmacêuticas – Análises Clínicas, Assuntos Regulamentares, Farmácia Comunitária, Farmácia Hospitalar, Indústria Farmacêutica e Genética Humana – e um conjunto de competências farmacêuticas associadas a atividades farmacêuticas concretas. No fundo, a OF garante que os profissionais que representa têm as qualificações necessárias e atualizadas para prestar um serviço de qualidade.

FN | Poderia especificar ações concretas promovidas pela Ordem dos Farmacêuticos?

APM | O Congresso Nacional dos Farmacêuticos, que organizamos de três em três anos, é muito relevante por ser um momento de encontro de todos os farmacêuticos e um fórum de atualização com as componentes formativa e científica muito evidentes. Também realizamos reuniões anuais dos colégios da especialidade, que são essenciais para a atualização nas matérias de cada colégio. Promovemos, ainda, várias conferências, editamos publicações do centro de informação de medicamentos e organizamos cursos em áreas órfãs. Temos igualmente outro tipo de iniciativas, como os roteiros farmacêuticos que nos coloca em contacto direto com os farmacêuticos, cidadãos, empresários da área da saúde e unidades hospitalares.

FN | O que significou para si esta reeleição?

APM | Lutámos muito para aumentar a participação nas eleições e conseguimos chegar aos 30%. Foi bom, mas não é suficiente. Para mim, esta é uma nova eleição. Sou a mesma farmacêutica, com o mesmo número de carteira profissional, mas não sou a mesma pessoa de há três anos. Ganhei experiência, perdi algumas certezas e adquiri humildade adicional ao perceber que algumas questões que me pareciam fáceis de resolver afinal não eram ou que através da união é possível encontrar melhores soluções. Por este motivo, considero este um novo mandato com outros objetivos. A preocupação que qualquer dirigente associativo ou não associativo tem numa instituição seja ela de natureza pública, privada, profissional ou empresarial, é deixar aquilo que encontrou melhor. Sempre. Se não se fizer esse acrescento, na minha perspetiva, vale de pouco fazer este percurso. Esse é o grande objetivo deste mandato: fazer melhor do que fiz no anterior. Algumas áreas já estão em desenvolvimento, mas outras houve que não tivemos sucesso. Agora, um dos focos é mobilizar mais os farmacêuticos.

FN | Como pensam mobilizar mais os farmacêuticos?

APM | A mobilização é feita através da dimensão política e de benefícios que os farmacêuticos possam encontrar na OF, no sentido de preservar e dinamizar uma causa comum, assim como em termos de formação, qualificação e certificação. Há questões que a própria Ordem pode construir em conjunto com os farmacêuticos, levando-os a valorizar a existência de uma Ordem, até porque será através dela que podem ter apoio jurídico ou comunicar problemas do dia a dia. Trata-se de um fórum privilegiado para o desenvolvimento de novos projetos de natureza profissional, de melhoramento das especialidades que temos. Depois há a vertente política, em que a OF, através dos órgãos dirigentes eleitos, não eleitos e nomeados, consegue representar a classe com a sua expertise técnica. Este aspeto da mobilização tem muito a ver com o facto de a OF ser cada vez mais transparente, comprometida (cumprir o que promete) e próxima. O primado do estatuto da OF tem exatamente como objetivo defender os interesses legítimos dos farmacêuticos e, dessa forma, garantir aos cidadãos bons serviços. Os membros da OF, que são os nossos eleitores, são aqueles que nos escolhem e que são escolhidos, são um alvo muito importante da nossa ação, na medida em que acautelamos os seus interesses, que se refletem no interesse público.

FN | Como antevê o futuro da classe?

APM | Temos uma perspectiva muito positiva para o futuro dos farmacêuticos, assim alguns pressupostos estejam minimamente cumpridos ou sejam verificados. Primeiro, que o País evolua positivamente sob o ponto de vista económico e da governação, que significa ter um Estado mais amigo do cidadão do que hoje, serviços públicos mais eficientes. Portanto, se o País evoluir, os farmacêuticos evoluirão igualmente. Se o País não evoluir com celeridade, os farmacêuticos têm condições para continuar a evoluir (podem é não evoluir tanto) porque são uma classe muito organizada que antecipa os problemas e tenta resolver assim que possível. Um bom exemplo é a Valormed, que tem 20 anos e é um projeto sustentável, que resultou da união dos operadores para responder às boas práticas e regulamentos que o medicamento exige, para além de garantir proteção à cadeia de valor e, acima de tudo, aos portugueses. Portanto, se o País avançar, os farmacêuticos não deixarão de libertar todo o seu potencial e uma parte desse potencial tem a ver connosco, portanto com a nossa capacidade de organização, com a nossa antecipação do que são problemas e realidades e por percebermos que o mundo mudou e termos de adequar o nosso discurso e as nossas práticas aquilo que hoje o cidadão exige e sobretudo o que faz sentido do ponto de vista da própria evidência científica. Também estamos habituados a encontrar soluções na área de formação, sendo que os profissionais têm encontrado soluções para se atualizarem que não dependem especificamente do Estado, no sentido das entidades públicas, mas é preciso que a burocracia seja menor e que de facto tenhamos mais celeridade na concretização ou implementação da nossa legislação. Há uma terceira dimensão importante: a profissão farmacêutica é versátil do ponto de vista curricular, havendo a possibilidade da especialização em diversas áreas. É, por isso, uma profissão em expansão e desenvolvimento, mas temos de fazer as escolhas certas para o nosso caminho, como é que queremos ser vistos pela população e como queremos continuar a ser percecionados e que lugar é que pensamos que temos e o que os outros pensam que temos no sistema de saúde.